

## Crónicas - Notícias do Mundo Militar

Coronel  
Carlos Gomes Bessa



### EUROPA

#### O “Euro2004”, a popularidade do futebol e algumas reflexões estratégicas e políticas

O “Euro2004” foi uma felicíssima realização portuguesa. Do seu mérito pode dizer-se até que esbateu em parte o insensato e muito logicamente criticado esbanjamento da construções de dez estádios, belos estádios aliás e alguns, como o de Braga, verdadeira e inspirada obra de arte. O futebol manifestou nele a sua força e importância sociais, tornando-se para Portugal uma tonificante força no meio das tristezas que têm caracterizado a vida nacional, geradas sobretudo da descomposta política que alguns teimam em manter.

O País reconfortou-se com as vitórias portuguesas discutidas e alcançadas com extraordinário desportivismo, não obstante o empenhado esforço das disputas em campo. A par dele manteve-se a ordem sem quebra assinalável e envolvida na invulgar hospitalidade portuguesa, por obra e eficácia actuante apenas quando necessário, mas na medida certa e convincente. Por uma adequada coordenação dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras e das Forças de Segurança foi mantida a ordem, impedindo milhares de desordeiros reincidentes de entrarem em Portugal e recebendo outros, deixando-os extravasar, relativamente à vontade, a sua alegria e animação estimuladas pela *torrente* de cerveja (a Sociedade Central de Cervejas vendeu 25 milhões de litros), atalhando logo à partida euforias agressivas e menos próprias com convincentes e relativamente reduzidas bastonadas e detenções. Por acertada escolha dos alvos mais destacados, afastaram-se, com dignidade e sem excesso, veleidades de violências que *empanassem* a cordialidade festiva do Euro.

Pode criticar-se ou lamentar-se a grande importância relativa do futebol em comparação

com outra actividades que, apreciadas com um critério mais aprofundado e frio, o remeteriam para lugar de menor relevo. Mas a realidade é outra e confere-lhe, de facto, extraordinária relevância e enorme retumbância a repercutirem-se pelo Mundo, mercê da televisão, no fabrico de vedetas idolatradas e bem pagas, e mesmo no prestígio das nações e dos seus governantes não conseguido por obras extraordinárias, mesmo de filantropia em benefício dos mais desprotegidos.

Há quem considere que o fenómeno se quadra com o desenvolvimento da nossa sociedade de lazer, sobretudo no Ocidente, e também para compensar de algum modo o desencanto do mundo e os défices que nele existem do sagrado e da religiosidade.

Pareceu-nos que, por isso, o acontecimento internacional do “Euro 2004”, apesar de realizado dentro das nossas fronteiras, merecia referência e análise nestas Crónicas, até por nos permitir chamar a atenção para certos aspectos positivos ou negativos merecedores de reflexão.

\*  
\* \*

Sobre este tão popular fenómeno de massas que é o futebol, o sociólogo Paul Yonnet que publicou em Março de 2004 um livro considerado notável, intitulado *Huit Lessons sur le Sport*, definiu-o como o espectáculo de rivalidade, portanto, da igualdade organizada, a constituir um fenómeno que conserva uma virtude rara, a incerteza, que lhe confere atractivo especial. A rivalidade, que constitui outra das suas características basilares, não serve de sucedâneo para a guerra, e isso é-nos demonstrado por o facto de sua consagração como fenómeno de massas ter ocorrido no século XX, exactamente aquele em que os homens inventariam os mais terríveis massacres.

A organização do “Euro2004” por um pequeno país como Portugal, desmoralizado, dividido e à procura de si próprio, teve o efeito quase miraculoso de uma ressurreição, infelizmente de muito curta duração, e de levar o país a mobilizar-se e dignificar-se de modo à FIFA classificar a sua organização como a melhor de todas até hoje. Durante um relativamente reduzido curto espaço de tempo, deixámos de nos dividir em duras divergências bizantinas e criámos unidade em torno de uma causa nacional comum: a do sucesso do Euro em si e da equipa nacional em particular.

Essa motivação foi obtida á custa de dois importantes símbolos. Em regra assim acontece: as mobilizações vigorosas nascem em torno de símbolos, por mais que se cansem a defender o contrário certos intelectuais azedados pelas suas crenças demolidoras e vazias de valores. Em torno do “Euro2004” e da equipa portuguesa de futebol, os símbolos usados foram dois, que haviam passado a ser proscritos, e quase ignorados: o Hino e a Bandeira, surpreendente e pujantemente renascidos e, na euforia criada, nem sempre usados da forma tida por usos e costumes antigos como a mais curial. Mas sobre isso prevaleceu um sentimento popular forte e sadio e não intencionalmente desrespeitoso.

O subconsciente, tornado consciente, trouxe ao de cima a existência de um patriotismo profundo e autêntico, não só manifestado por nós, mas também pelos demais países europeus. Os responsáveis pelas equipas consagradas dos grandes países derrotados, pagaram caro o fracasso e, em contrapartida, os dos pequenos países vencedores, foram festiva e estrondosamente glorificados com música e foguetes abundantes.

Agitando bandeiras nos estádios ouviram-se com fortíssima emoção os incitamentos dos hinos nacionais, os gritos estimulantes dos brados dos nomes dos países de cada adepto, a manifestar o quê senão patriotismo, que, ao contrário das reservas de muitos, se manifestou como sentimento saudável e pacífico, comprovado pelo desportivismo, quase sem mácula, dos vencidos perante os vencedores após cada jogo.

Portugal deu disto um exemplo altamente dignificante, em certa medida enternecedor. Chegou à final, o que nunca havia conseguido, para defrontar outro pequeno país, a Grécia, uma equipa em que à partida quase ninguém apostava, pois não possuía um naipe de seleccionados pagos a peso de ouro como acontecia com as de outros países mais ricos. O sonho da taça vitoriosa esteve ao seu alcance, e veio a ser defraudado por uma única oportunidade obtida de bola parada, canto excepcionalmente bem marcado. Mas, apesar do entusiasmo e da esperança acalentada, não apenas pela equipa, mas pelos assistentes ao jogo, no Estádio ou na televisão, em todo o Portugal ou nas inúmeras comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo, os jogadores portugueses e a população teve a bonita e mesmo exemplar atitude de, não apenas aceitar a vitória grega, como conviver e acompanhar cordatamente as explosões de entusiasmo dos vencedores, no campo e nas ruas. E pela noite fora assim continuaram em alguns lugares e, em muitos outros, reagiu pela positiva, comemorando sozinhos, com alguma mágoa por não terem concretizado o sonho grande, mas por terem ido dignamente até onde nunca antes nenhuma equipa portuguesa alcançar fazê-lo: à final do campeonato da Europa.

Na Grécia, o regresso dos vencedores foi triunfal, por todo o país, como na Antiguidade e com os meios da época era assinalado o regresso dos herois das campanhas que ainda hoje se evocam na sua História. Como se pode duvidar que o sentimento do patriotismo existe e é importante, não podendo, sob pena de sérias perdas e danos, ser realçado por interesses menos legítimos por quem tem responsabilidades públicas para com os seus povos. Alguém, vivendo bem longe no Canadá, interpretou que o mar de bandeiras e o hino cantado nos estádios e nas ruas era sinal de que o Povo português andava com saudades de si mesmo e com um desejo enorme de abraçar a Pátria, e bem dizia o futebol por ter rebentado o dique que continha o salutar rio do patriotismo para lavar a nossa terra do que pela sua contenção a tem afligido.

Este ponto mereceu quanto a nós, ser analisado com algum detalhe, por confirmar o que muitos outros sinais evidenciam, para quem não é cego ou por outros motivos vários menos claros, quer fechar os olhos às realidades em relação ao que sentem, mais ou menos encapotadamente, todos os nossos parceiros da União Europeia. Ele valeu também para nos fazer “ver claramente visto” a forma adequada como devemos abordar o mais objetivamente que pudermos as negociações em que estejam em jogo os interesses portugueses e a vantagem de ceder, o mais devagar e o menos possível, a

nossa soberania, impelidos pela velocidade pacóvia de parecermos vanguardistas e progressistas. Dar o que é nosso e nos faz falta, só quem não tem juízo é que o faz sem ser o mais devagar e no mínimo possível. O jogo dos fracos na Europa, nesse aspecto é, por vezes, complexo e arriscado. Mas continua a ser regra válida sacrificar no menor grau o permanente ao fortuito e ao circunstancial.

Nas dúvidas e incertezas da formação da Europa, de tudo quanto se referiu uma evidência ressalta, a de que não parece realista e antes se afigura conter perigosas sementes de violência. Pode-se e é indispensável conjugar limitando os interesses das Nações que as integram, mas a tentação de as fazer desaparecer e retirar-lhes individualidade representará, a prazo, maior ou menor fazer surgir conflitos susceptíveis de pôr em causa o pretendido sentido comunitário.

\*  
\* \*

Outro aspecto significativamente estimulante foi o facto de os países lusófonos, incluindo o Brasil, terem seguido com entusiasmo os jogos da selecção portuguesa, torcendo pela sua vitória e sempre que ela foi conquistada, em Timor-Leste, em Moçambique, em Angola, em São Tomé, na Guiné-Bissau, ou em Cabo Verde haver ecoado o grito entusiástico saído do fundo do coração: Ganhámos! Este grito demonstra a pouca credibilidade dos que caluniam e desvalorizam a colonização portuguesa, restringindo a nossa projecção internacional, a qual sem dúvida se revestiu de alguns aspectos menos dignificantes, mas não deixa de, a muitos títulos, nos enaltecer e valorizar como o pequeno povo que abriu o Mundo á Europa e, ao lançar-se mar fora, foi, pode dizer-se, o grande precursor da Globalização que hoje domina a vida do Mundo. Isso se nos impõe ser aproveitado para avançar objectiva e empenhadamente na concretização da CPLP, como condição indispensável para a nossa integração no mundo globalizado.

Outro aspecto preenhe de consequências positivas e enriquecedoras para Portugal foi a forma hospitaleira como o povo, com a sua característica hospitalidade, recebeu os visitantes, jogadores ou adeptos, fazendo-os sentir como que em sua casa, alegremente, festivamente, desinibidamente a deliciarem-se com o nosso sol, as nossas belezas naturais, a nossa cozinha e a nossa cerveja, tudo a preços módicos e atractivos de que podemos futuramente tirar proveito. Em consequência disso, de muitos lados chegaram notícias de que a generosidade dos estrangeiros que vieram a Portugal trazidos pelo “Euro2004” e por nós foram vencidos, por vezes em jogos disputadíssimos, após regressarem aos seus países, manifestaram quase unanimemente a inclinação e gosto de que a vitória viesse a caber a Portugal. O grande sociólogo António Damásio, que, antes de vir a Portugal recebeu o mais destacado Prémio da nossa Sociedade Histórica, passou por vários países da Europa e ouviu, também ele, os seus habitantes manifestarem-se nesse sentido.

É de crer que, em consequência de quanto se disse, devido ao “Euro 2004”, Portugal tenha deixado de ser, como era para muitos, um país inexistente na Europa e passe a ser conhecido como terra aprazível de gente amável e cheio de belezas que merecem ser

vistas e visitadas, e digno de ser respeitado como a mais antiga nação europeia na sua configuração actual. E, como nada se consegue sem esforço, oxalá que esta revitalizante realização desportiva, não constitua apenas lugar objectivo bem alcançado, mas ponto de partida para Portugal sair da “apagada e vil tristeza” e partir para uma via de novos e tonificantes sucessos, abandonando ferozes e desgastantes lutas internas, pouco dignificantes, e se lance num esforço de desenvolvimento, nomeadamente do turismo, não apenas por parte dos responsáveis oficiais, mas também à custa do empenho de todos nós, mais solidários e coesos na preocupação prioritária de servir e dignificar o país, sem o desperdício irresponsável de mais esta oportunidade.

Necessitamos que os Estadistas se imponham publicamente aos políticos profissionais chicaneiros no desprezar perdulariamente o que temos, conquistamos e valem como povo.

## **EUROPA**

### **Reflexões sobre a guerra irregular**

A edição portuguesa da *Military Review* do 1º quadrimestre de 2004 publica reflexões assaz interessantes de Jeffrey B. White sobre a guerra irregular. Interessante a nosso ver, analisarmos algumas delas, que pela sua importância já temos anteriormente abordado.

O primeiro aspecto a salientar é o de que a guerra irregular se reveste de grande variedade de nomes, é uma praga no mundo não ocidental, pois apesar da sua tecnologia e organização superiores, isso não evita que numerosos Ocidentais de há muito tenham vindo a ser mortos por “selvagens” devido à falta de compreensão de um tipo de guerra que eles conduzem com maior habilidade do que o Ocidente. Devido a isso, exige-se cada vez maior atenção sobre ela, por parte dos serviços de informações.

Apesar da superioridade ocidental crescente da tecnologia, ela pouco tem afectado a guerra irregular, dando preponderância à sociologia, à psicologia e à história, em relação à natureza do conflito e à sua persistência e intensidade, além de ganhar muito maior importância nela a geografia local específica.

Robert Kaplan, num artigo intitulado *The Coming Anarchy*, considera a geografia política como mutável, admitindo a possibilidade do surgimento de novas estruturas *ad hoc* ou definitivas, condicionantes de pessoas e espaços, embora o reconhecimento disso não seja automático. A ser assim, os mapas do Médio Oriente, da África e do Sudoeste Asiático serão modificados na actual geração e deles farão parte muitas regiões tipo tribal, cuja análise é muito mais contingente do que a da geografia política a nível regional ou estatal. Essa incerteza resulta da simultaneidade das mudanças em padrões familiares ou tribais, religiosos ou económicos, e a relacionamentos militares de mistura com

especificidades geográficas, susceptíveis de embaraçarem os agentes de informação e os comandantes e estratégias políticos.

No contexto tribal a geografia de pequenas áreas ganha importância devido à necessidade de conhecimento dos membros das tribos e dos seus hábitos, das características do terreno e das vantagens e dificuldades que uns e outros oferecem. Ela condicionou o sucesso ou fracasso das políticas e operações americanas no Líbano e na Somália, envolvendo grandes exigências para os serviços de informações e para os políticos.

Este aspecto parece-nos importante, sobretudo devido a um certo complexo de superioridade civilizacional dos ocidentais que tendem a menosprezar a organização tribal e a força dos respectivos costumes, pretendendo impor aos “não civilizados” sistemas de vida, designadamente políticos, a que eles aliás em parte se sujeitam e adoptam, apesar de em vários aspectos serem menos eficazes e apropriados do que os seus que não rejeitam totalmente.

O ambiente e os problemas ecológicos tornaram-se também assunto de segurança nacional no início do século XXI devido aos reflexos do crescimento populacional, da propagação de doenças, do desflorestamento e erosão do solo, da falta de água, da poluição, da possibilidade de elevação do nível do mar em áreas críticas e superlotadas, provocadoras de migração em massa e consequentes conflitos tribais, não apenas, mas sobretudo no Terceiro Mundo, onde são maiores os aumentos das populações, os governos são mais fracos e o tribalismo é mais influente.

O conhecimento do território ganha também relevância nos conceitos tribais, porque o seu desconhecimento pode acarretar graves problemas. Importa conhecer o relacionamento das famílias, das tribos, dos grupos étnicos e religiosos, pois sem isso os analistas e os estrategas não entendem o verdadeiro significado dos factos e podem agravar a situação e dificultar a solução dos problemas conflituais.

Há pois que conhecer bem os relacionamentos étnicos nos conflitos da guerra irregular, pois a sua ignorância tem provocado as mais graves perdas económicas e de vidas humanas, embora com a consciência de que esse conhecimento não basta para determinar o lado em que um grupo étnico ou tribo alinhará, pois nem todas as guerras irregulares se remetem exclusivamente no âmbito dos conflitos étnicos. Os Estados Unidos tiveram a prova disso quando se envolveram no conflito da Somália.

A religião é outra força poderosa na guerra tribal que pode tornar ainda mais violenta e cruel, por vezes não sendo fácil avaliar a situação, pois muçulmanos combatem muçulmanos, cristãos opõem-se a cristãos, formando alianças inter-religiosas, como aconteceu no Líbano, por exemplo, além de se retirar sentido a conceitos como o do socialismo, democracia ou nacionalismo. Em consequência disso, os Estados Unidos cometeram erros de avaliação graves devido ao pouco conhecimento da história e da cultura libanesa, que permitiram ao libaneses aguentar o tempo de que necessitavam para conter os seus adversários.

É útil ter consciência dos contrastes principais existentes entre as guerras modernas e irregulares:

- quanto á organização, na convencional acredita-se que nela se cuida de dar melhor eficiência, sendo na irregular as forças mais mal organizadas e dispendo de uma ordem de batalha informal; no entanto, sendo incapazes de sustentar um combate convencional com os ocidentais, os drusos derrotaram os cristãos e o Exército regular no Líbano, e os Somalis fizeram a *vida negra* às forças do Estados Unidos e da ONU;

- quanto a tecnologias, nas guerras irregulares pode não ser o facto principal, pois as forças tribais, por meio de emboscadas e incursões usam o que é possível obtido á custa da compra, do roubo, captura ou fabrico local, usando como armas essenciais em geral, apenas espingardas de assalto, metralhadoras, morteiros e minas;

- quanto á logística, ao passo que ela é pesada, dificulta a mobilidade e a flexibilidade operacional na guerra convencional, na irregular a necessidade de comida e munições é menor e mais simples, por não haver deslocações a grandes distâncias e se receber o apoio das populações locais, reduzindo assim a vulnerabilidade dos irregulares contra a logística;

- quanto à direcção, na guerra convencional, em geral travada entre Estados, a sua orientação e direcção centralizada necessita de provar a organização, de tecnologia e pessoal necessários, enquanto nas guerras irregulares os chefes são locais e usam sistemas de comunicação portáteis e estafetas podem assegurar a eficácia suficiente;

- quanto à doutrina das organizações militares modernas ela é claramente definida para os níveis estratégico, operacional e tático, enquanto a das forças irregulares não é bem articulada, estando os seus combatentes acostumados a combater no seu território familiarizados com as suas armas, o que lhe assegura grande capacidade ao nível tático, tornando difícil e subestimável, por falta de doutrina clara, a sua compreensão para as forças modernas clássicas, o que pode custar caro, a estas últimas;

- quanto à importância da batalha ela é decisiva para a guerra clássica, enquanto na guerra irregular se evitam as operações de âmbito, duração e intensidade prolongadas, estabelecendo e rompendo os combates por determinação da sua chefia, ou em resposta a ameaças usando maior experiência deste tipo de guerra para se ganhar eficácia no combate;

- quanto aos soldados dos exércitos convencionais e os guerreiros irregulares, eles não são iguais; enquanto os primeiros são produto de um sistema que os afasta da vida habitual, tornando-os profissionais disciplinados e responsáveis no uso da força que pode ser letal, respondendo a uma cadeia de comando clara, e esperando-se que obedeçam às ordens recebidas dos seus superiores agindo em conjunto para cumprir os objectivos do Estado, os guerreiros exercem um papel que faz parte normal da sua sociedade, usando armas e habilidades disponíveis na tribo, com conhecimentos limitados em grande parte ao que existe na sua sociedade, operando dentro de uma organização menos rígida e com disciplina flexível, vivendo na sua terra e no meio do seu povo;

- quanto às guerras convencionais fazem-se sobretudo com aliados, nas irregulares estes configuram-se mais com cúmplices; e se o entendimento com um aliado pode não ser presumido como certo, tal se afigura mais frequente em relação a um conflito tribal, onde alianças com um partido local incluem perigos, como por exemplo o de a força de intervenção sentir empatia pela motivação dos locais e estes, por melhor compreensão do

que está em jogo, efectuarem mudanças políticas bruscas que transformam os objectivos e sensibilidade dos estrangeiros e além disso, as forças convencionais a tornarem-se cúmplices de uma facção correm o risco de se tornarem alvo das facções da oposição e de serem descartados dos interesses dos locais;

- quanto ao relacionamento das forças envolvidas nas guerras com as suas sociedades, na guerra convencional elas podem ser vistas como segregadas no sentido de serem retiradas dessa sociedade e enviadas para local distante a intervir num conflito, em geral de duração limitada; enquanto numa guerra irregular com frequência as forças são inseparáveis da sociedade, podendo o conflito continuar durante gerações e até se tornar rotina; isto acarreta claras implicações para os elementos externos que intervenham por diversos motivos; se prolongado, esse conflito em geral favorecerá as forças locais, por ser difícil separar os combatentes da população, uma vez que homens e mulheres, anciãos e crianças se podem vir a tornar combatentes; operações no Líbano e na Somália mostraram a dificuldade de uma força estrangeira exercer mais do que um efeito passageiro e, em contrapartida, encontrar as maiores dificuldades e muito reduzidos efeitos positivos ao envolver-se num conflito demasiado inserido no interior de uma sociedade.

\*  
\* \*

De quanto se expôs se extrai a conclusão da necessidade de as informações abordarem de forma diferente as guerras modernas convencionais e as guerras irregulares.

A ordem de batalha das forças irregulares não se assemelha à rigidez das forças convencionais. Uma tentativa no início da crise de 1992/93 na Somália para aplicar as mesmas técnicas para determinar a ordem de batalha iraquiana provou ser praticamente inútil, e só com o passar do tempo veio a alcançar-se uma imagem razoavelmente assemelhada dessa ordem de batalha.

As guerras irregulares exigem, por isso, uma base de peritos nessa matéria, em que possam apoiar-se os generalistas e os inexperientes. Representa a medida um encargo pesado, mas nenhum comandante se deve envolver responsabilmente numa operação deste tipo sem esse apoio especializado. O mesmo acontece com os demais serviços de informações e os generalistas. É indispensável conseguir o equilíbrio adequado entre generalistas e especialistas da guerra irregular.

Os americanos consideram ainda agora não terem conseguido esse equilíbrio e isso corresponde à conclusão retirada do envolvimento no Iraque e nas consequências que dele resultaram e constituem hoje um quebra-cabeças de muito difícil solução. A afirmação não contradiz a necessidade desde há muito existente de ali se enfrentar o perigo real e potencial que a situação ali existente envolvia, mas tão só que não se podem abrir desprevenidamente bocetas de Pandora, dando a ideia de um gravíssimo desconhecimento da história envolvente da região do Mundo onde vieram a envolver-se os Estados Unidos e os seus Aliados.



Jeffrey White conclui sobre a necessidade de actualização do estabelecimento de prioridades para a recolha de informações, de modo a encontrar o equilíbrio entre a efectuada nas áreas operacionais mais prováveis e as que representam as ameaças mais sérias, interrogando-se quanto a escolher a África ou a China.

Por isso é necessário compreender bem - o melhor possível - a guerra irregular. White escolheu como a melhor fórmula um extracto dos *Sete Pilares da Sabedoria* de T.E. Lawrence:

*“Quando eu tomava uma decisão ou adoptava alguma alternativa era depois de ter estudado cada factor... A geografia, a estrutura tribal, a religião, os costumes sociais, o idioma, os apetites e padrões - Todos estavam ao meu alcance. Conhecia o inimigo quase tanto como conhecia o meu próprio lado”.*

Não adoptar a regra pode obrigar a pagar um custo muito elevado.

---

\* Coronel de Artilharia e do Antigo Corpo de Estado-Maior.

Sócio Efectivo da Revista Militar de que foi Secretário (1976) e Director-Gerente (1977-1995).